

Sumário

Prefácio	IX
Introdução	1
1 Instituições jurídicas da União Europeia	7
1.1 Tratados originários da União Europeia	7
1.2 Tratados constitutivos da União Europeia.....	8
1.3 Normas da União Europeia.....	11
1.4 As normas relativas à proteção de dados pessoais na União Europeia	15
1.5 Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e a Convenção nº 108 do Conselho da Europa	18
1.6 Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) (UE) 2016/679.....	22
1.7 Diretiva E-Privacy e a Proposta de Regulamento Relativo à Privacidade e Comunicações Eletrônicas.....	27
1.8 Tribunal de Justiça da União Europeia e Tribunal Europeu de Direitos Humanos	30
1.9 Sistema de Reenvio Prejudicial e o Tribunal de Justiça da União Europeia	35
1.10 Conclusão parcial.....	38
2 O direito à proteção de dados pessoais e privacidade perante o Tribunal de Justiça da União Europeia	39
2.1 Objetivos da pesquisa sobre proteção de dados pessoais.....	39
2.2 Metodologia da coleta da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia	40
2.3 Categorização de direitos abarcados na jurisprudência sobre direito à proteção de dados pessoais do Tribunal de Justiça da União Europeia	44
2.2.1 Transposição do direito da União à legislação nacional.....	45
2.2.1.1 Commission of the European Communities v. Kingdom of the Netherlands.....	45
2.2.1.2 Commission of the European Communities v. Grand Duchy of Luxemburg.....	47

2.2.1.3 Commission of the European Communities v. French Republic.....	48
2.2.2 Transferência internacional de dados pessoais, segurança nacional.....	49
2.2.2.1 Ireland v. European Parliament and Council of the European Union.....	49
2.2.2.2 Parlamento Europeu v. Conselho da União Europeia e Comissão das Comunidades Europeia	51
2.2.2.3 Digital Rights Ireland Ltd v. Minister for Communications, Marine and Natural Resources.....	53
2.2.2.4 Maximillian Schrems v. Data Protection Commissioner (Safe Harbor)	59
2.2.2.5 Tele2 (Netherlands) BV e o. v. Autoriteit Consument en Markt (ACM).....	63
2.2.2.6 Ministério Fiscal.....	66
2.2.2.7 Digital Rights Ireland Ltd v. Comissão Europeia	69
2.2.3 Privacidade e direito ao esquecimento	72
2.2.3.1 Google Spain SL v. Agencia Española de Protección de Datos	72
2.2.3.2 Camera di Commercio, Industria, Artigianato e Agricoltura di Lecce v. Salvatore Manni	77
2.2.3.3 GC e outros v. Commission nationale de l’informatique et des libertés – CNIL.....	79
2.2.3.4 Google LLC v. Commission nationale de l’informatique et des libertés – CNIL.....	84
2.2.4 Direitos autorais.....	90
2.2.4.1 Belgische Vereniging van Auteurs, Componisten en Uitgevers CVBA (SABAM) v. Netlog NV	90
2.2.4.2 Digital Promusicae v. Telefónica de España SAU	92
2.2.4.3 Scarlet Extended SA v. Société belge des auteurs, compositeurs et éditeurs SCRL – SABAM	94
2.2.5 Direito do consumidor.....	96
2.2.5.1 Josef Probst v. mr.nexnet GmbH.....	96
2.2.5.2 Maximilian Schrems v. Facebook Ireland Limited	98
2.2.5.3 Fashion ID GmbH & Co. KG v. Verbraucherzentrale NRW eV.....	103

2.2.5.4 Bundesverband der Verbraucherzentralen und Verbraucherverbände – Verbraucherzentrale Bundesverband eV v. Planet49 GmbH.....	107
2.2.5.5 Bavarian Lager	110
2.2.5.6 Deutsche Telekom AG v. Bundesrepublik Deutschland	113
2.2.6 Direito ao acesso dos dados pessoais	116
2.2.6.1 Patrick Kelly v. National University of Ireland	116
2.2.6.2 Institut professionnel des agents immobiliers (IPI) v. Geoffrey Englebert	118
2.2.6.3 Nils Svensson e outros v. Retriever Sverige AB.....	120
2.2.6.4 Tele2 Sverige AB v. Post-och telestyrelsen e Secretary of State for the Home Department v. Watson	122
2.2.6.5 Bodil Lindqvist	125
2.2.6.6 Rundfunk	128
2.2.6.7 Satamedia	129
2.3 Conclusão parcial	131
3 Novas perspectivas para a proteção de dados pessoais	133
3.1 Globalização, dados pessoais e transferência internacional.....	133
3.2 Tendências das futuras atuações do Tribunal de Justiça da União Europeia	139
3.2.1 Privacy International e la Quadrature du Net e outros	140
3.2.2 Processo C-311/18 (Comissário de Proteção de Dados v. Facebook Ireland Ltd e Maximilian Schrems).....	140
3.2.3 Processo 620/19 (Land Nordrhein-Westfalen v D.-H. T. as liquidator of J & S Service UG)	145
3.2.4 European Commission v. Kingdom of Spain.....	146
3.2.5 Facebook Ireland Limited e outros v. Gegevensbeschermingsautoriteit	147
3.2.6 Conclusão parcial.....	149
3.3 Ubiquidade do processamento de dados pessoais e as novas fronteiras.....	149
3.4 Proteção de dados pessoais um direito fundamental?	158
Conclusão	163
Referências	169